

Notícias

Alteração do Estatuto da CTOC será votada na AR a 9 de Julho

Passagem a Ordem cada vez mais próxima

A proposta de Lei 276/10, que autoriza o Governo a alterar o Estatuto da CTOC, vai ser votada no Plenário da Assembleia da República a 9 de Julho. Está, assim, cada vez mais próxima a passagem a Ordem. A proposta foi submetida a discussão pública até ao passado dia 17 de Junho, depois de aprovada em Conselho de Ministros, a 23 de Abril.

No caso de ter «luz verde» dos deputados, baixa novamente à Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública para ser votada na especialidade. Em seguida, a proposta regressa ao Plenário para, no caso de nova votação favorável, ser remetida para apreciação e promulgação pelo Presidente da República.

Concluído o processo, e dado estarmos perante uma proposta de autorização legislativa, isto é, uma transferência de poderes para o Governo para que este possa legislar sobre matéria que é da competência exclusiva da Assembleia da República, inicia-se nova etapa que consiste na elaboração do normativo que dará corpo ao que se autorizou, ou seja, o decreto-lei que alterará o Estatuto da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.

A proposta de autorização legislativa e o projecto de decreto-lei apresentados ao Governo têm estado em discussão, encontrando-se disponíveis no *site* da CTOC.

Os contributos dos membros deixados no espaço criado no *site* para essa finalidade, servirão para aferir o sentimento dos profissionais quanto às matérias em debate, na eventualidade da CTOC ser chamada a pronunciar-se sobre a versão final do documento.

Os membros serão informados pontualmente da evolução do processo. ■



A Assembleia da República prepara-se para votar decreto-lei que altera ECTOC

Inauguração da representação permanente de Faro

4 de Julho, às 16 horas

A CTOC inaugura as novas instalações da sua representação permanente em Faro, no próximo dia 4 de Julho, pelas 16 horas, localizadas na Urbanização Horta das Figuras – lote 31, bloco F, loja W, r/c poente, S. Pedro, próximo do Fórum Algarve. Num momento de gran-

de simbolismo para a Instituição, a presença dos Técnicos Oficiais de Contas reveste-se da maior importância. Por isso, apelamos a todos os TOC do Algarve que se associem a esta cerimónia, que deverá contar com a presença dos principais responsáveis políticos e económicos da região. ■

Évora acolhe Encontro Nacional dos TOC

Inscrições abertas no *site*

O Encontro Nacional dos Técnicos Oficiais de Contas, organizado pela Câmara, tem-se afirmado como um momento de convívio e descontração para os membros. Desde a edição de 2006 que este evento tem vindo a ser logisticamente coordenado por Técnicos Oficiais de Contas da região em que se realiza, propiciando um contacto mais directo com os profissionais e, naturalmente, também com os valores locais, sejam eles históricos, culturais ou gastronómicos. Desta vez, o desafio coube aos TOC do distrito de Évora que, de forma empenhada e criativa, têm vindo a preparar mais um Encontro Nacional dos TOC, agendado para 11 de Julho.

Évora, com toda a sua rica história, aliada à forma ímpar de receber que é característica do povo alentejano, sem esquecer o magnífico programa recreativo e cultural delineado para aquele dia, são motivos mais do que suficientes para que os TOC, cumpridas que estão as responsabilidades declarativas, relaxem um pouco, façam novas amizades e, acima de tudo, convivam de forma sã.

As inscrições já se encontram abertas no *site*. O programa do Encontro Nacional

dos TOC também pode ser consultado na página da Internet.

O preço de inscrição para TOC e respectivos familiares é de 15 euros. Os acompanhantes com idade inferior a 15 anos pagam 7,5 euros.

Neste ano de grande importância para todos os profissionais, uma manifestação de força e unidade dos TOC em muito ajudaria a alterar alguns conceitos deformados que, infelizmente, ainda grassam em muitos pontos da sociedade sobre a profissão. ■



A riqueza patrimonial e histórica de Évora é um dos atractivos para o VII Encontro Nacional dos TOC

Acções de formação sobre o SNC em Setembro

Acção gratuita e reunião livre extra ajudará a esclarecer nova temática

A lei que regula o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado em Conselho de Ministros em 23 de Abril ainda está por implementar mas, a avaliar pela proposta conhecida, constituirá um momento de grande significado para a profissão. A Contabilidade, em vez de assentar em normas, estará baseada nos princípios contabilísticos emergentes das normas internacionais de contabilidade.

Esta mudança profunda de procedimentos vai exigir dos profissionais uma nova atitude na execução das contabilidades, predominando o conhecimento dos negócios que elas expressam e o seu enquadramento nos princípios contabilísticos enunciados.

A Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas está consciente do esforço que todos, instituição e profissionais, vão ter que despende para vencer esta

viragem estrutural da profissão. Exigir ainda mais de uma classe como a dos TOC, não é novo. Se devidamente acompanhadas, estas alterações correspondem a um enorme salto qualitativo dos profissionais da Contabilidade.

Cientes de que o momento que se avizinha é crucial, a Câmara tem em preparação um conjunto de iniciativas com vista a apoiar os profissionais nesta transição. Durante o mês de Setembro, realizar-se-á um dia de formação gratuito, nas sedes de distrito, procurando por essa via possibilitar a todos os profissionais uma melhor compreensão da mudança e a forma segura de lhe dar execução. Nas acções de formação, será distribuído um manual elaborado por reconhecidos especialistas onde

se explica e fundamenta a passagem do actual sistema para o SNC.

Também com início em Setembro, em todas as sedes de distrito, passará a realizar-se uma reunião livre extra por mês, onde se abordarão exclusivamente matérias relacionadas com o SNC. ■



A formação sobre o SNC estará no terreno a partir de Setembro

Falta de reconciliação bancária é dos aspectos mais evidenciados

Apenas dois relatórios elaborados pelos controladores foram remetidos para o Conselho Disciplinar

As equipas de controle da qualidade, escolhidas por sorteio público efectuado na sede da CTOC, têm vindo a verificar *in loco*, em todo o País, as condições em que os TOC exercem a profissão. Um conjunto muito significativo de relatórios já foram entregues à Direcção para despacho.

Dos controles efectuados e dos respectivos relatórios, apenas dois foram remetidos para o Conselho Disciplinar, o que indicia um nível de qualidade animador.

As questões mais evidenciadas consistem na falta de reconciliação bancária, facto que nem sempre pode ser imputado aos profissionais, pelo que é aconselhável um trabalho pedagógico junto dos seus clientes

no sentido de se criar a rotina de reconciliar os movimentos bancários com a contabilidade.

A substituição do anexo ao balanço e à demonstração de resultados pela IES, não é uma prática profissional aconselhável, pois uma não substitui a outra e, nas sociedades comerciais, aquele documento tem que ser apresentado à assembleia geral, no momento em que a IES ainda não foi enviada.

O dossier em que assenta o controle da qualidade encontra-se disponível no *site* da CTOC, pelo que se aconselha a sua consulta, o que permite ficar com uma ideia sobre a forma e orientação das acções de controle da qualidade. ■

Reuniões livres nos Açores

Novos horários para a formação na Região Autónoma

Como atempadamente foi definido, as denominadas reuniões livres das quartas-feiras, em Angra do Heroísmo, passam a realizar-se uma vez por mês, totalizando, num único dia, quatro horas.

Esta sessão de esclarecimento dos profissionais da ilha Terceira acontece no dia anterior à reunião livre na ilha de S. Miguel, em Ponta Delgada, o que possibilita uma economia em matéria de deslocações e estadias dos orientadores. As reuniões continuam a realizar-se nos locais habituais e têm lugar na última quinta-feira e sexta-feira de cada mês, respectivamente.

Os horários das reuniões são os seguintes:

- Em Angra do Heroísmo (18h30-22h30);
- Em Ponta Delgada (19h00-23h00).

Qualquer assunto relacionado com as reuniões livres de Angra do Heroísmo, deve ser dirigido para o TOC Gilberto, que tão esmerado apoio tem dado à sua realização.

Em ambas as ilhas açorianas, a orientação das reuniões livres será da responsabilidade da assessora da Direcção da CTOC, Paula Franco.

Entretanto, comunica-se que a reunião livre na Horta, inicialmente prevista para 11 de Julho, é antecipada para 4 de Julho.

Para o mês de Setembro está prevista a realização de uma terceira reunião livre que abordará assuntos exclusivos do SNC. Oportunamente divulgar-se-á a respectiva data.

Como facilmente se depreende, a Câmara está a fazer um grande esforço financeiro para propiciar aos profissionais da Região Autónoma dos Açores as mesmas condições que disponibiliza aos profissionais de outras regiões do País, pelo que é de vital importância a sua participação nestas iniciativas dando assim justificação ao investimento realizado. O calendário completo e actualizado das reuniões livres pode ser consultado no *site* da CTOC. ■

«Conselho Fiscal» na TSF

Emissões transmitidas no último mês

O programa «Conselho Fiscal», uma parceria CTOC e TSF, é emitido nos dias úteis, duas vezes por dia, pontualmente às 7h20 e às 18h45. Com a duração aproximada de um minuto, o programa tem a locução alternada dos consultores da CTOC, Paula Franco, João Antunes, Sandra Bernardo e do jurista Amândio Silva e pode ser escutado integralmente nos *site* da Câmara e da estação de informação. No período compreendido entre 8 de Maio a 8 de Junho, os temas abordados foram os seguintes:

«Partilha de bens»; «Regime de transparência fiscal para as sociedades profissionais»; «Declaração do modelo 30»; «Transmissão de dívidas fiscais a herdeiros»; «Dedução de despesas de educação e formação profissional»; «Agregado familiar e ascendentes»; «Dependente para efei-

tos fiscais»; «Data limite de pagamento de IRC»; «Fiscalização de bens em circulação»; «Taxa de retenção na fonte sobre o pagamento de salários em atraso»; «Capital social de uma empresa»; «Isenção do pagamento das contribuições para a Segurança Social»; «Indemnizações de acidentes estão sujeitas a IRS?»; «Dedução do IVA suportada em aquisições de bens e serviços numa actividade comercial»; «Heranças indivisas»; «Incentivos com vista à redução da precariedade no emprego de recibos verdes»; «Juros do pagamento de indemnizações de acidentes»; «Alternativa à reclamação graciosa»; «Gratificações de balanço como dedução fiscal»; «Rendimentos de trabalho dependente»; «Sujeição em IRS de estágios profissionais»; «Amortização dos bens do activo imobilizado das empresas». ■

Plano de formação da CTOC

Vasto leque de alternativas até final de 2009

Tem sido preocupação prioritária da CTOC disponibilizar aos seus membros o mais amplo e diversificado plano de formação, possibilitando-lhes, assim, a escolha dos temas que melhor se adaptem às suas necessidades. Como seria de esperar, atendendo à profundidade das alterações, o grande esforço vai no sentido de promover uma maior e melhor assimilação do SNC, não esquecendo formação de outra natureza considerada de grande relevância.

Para além do plano de formação previsto até final do ano, realizar-se-á ainda o III Congresso nos dias 24 e 25 de Setembro, a conferência internacional do Gabinete de Estudos da CTOC, a formação eventual nos meses de Outubro/Novembro e as conferências internacionais da EFAA e do CILEA. Com o objectivo de relembra as acções a realizar até ao final do ano, dão-se a conhecer os eventos, podendo os mesmos ser consultados na página da CTOC. ■

Plano global de formação para 2009

(Datas e locais disponíveis em www.ctoc.pt, Formação CTOC 2009)

Mês	Tipo	Código	Tema
Junho	Eventual	EV0209	Estrutura conceptual (SNC) e os novos modelos de relato financeiro; Fiscalidade em função dos documentos
	Reunião Livre	RL1109	Livre
	Reunião Livre	RL1209	Livre
	Distância	DIS1709	Gestão de tesouraria
	Distância	DIS1809	SNC - Imparidade de activos e contingências
	Distância	DIS1909	IRS - Mais e menos-valias obtidas por residentes e não residentes
	Distância	DIS2009	Convenção modelo OCDE para evitar dupla tributação
Julho	Reunião Livre	RL1309	Livre
	Reunião Livre	RL1409	Livre
	Distância	DIS2109	IVA (Revisão do Código)
	Distância	DIS2209	SNC - Passivos não correntes
Setembro	Segmentada	SEG0609	Contratação pública
	Permanente	PER0509	O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos investimentos financeiros no SNC
	Reunião Livre	RL1509	Livre
	Reunião Livre	RL1609	Livre
	Distância	DIS2309	Contratação pública
	Distância	DIS2409	Dissolução, liquidação, fusão e cisões de sociedades (aspectos contabilísticos)
	Distância	DIS2509	SNC - Pequenas entidades
Outubro	Eventual	EV0309	Contabilidade pública; Fiscalidade em função dos documentos publicados
	Segmentada	SEG0709	Ajustamentos, provisões e anulações de dívidas
	Permanente	PER0609	Convenção modelo OCDE para evitar dupla tributação
	Reunião Livre	RL1709	Livre
	Reunião Livre	RL1809	Livre
	Distância	DIS2609	SNC - Adopção pela primeira vez das NCRF
	Distância	DIS2709	IRC - Alterações na sequência da adopção do SNC
	Distância	DIS2809	Peritagem contabilística e fiscal
Novembro	Distância	DIS2909	Contencioso tributário
	Segmentada	SEG0809	O reconhecimento, mensuração e divulgação dos activos tangíveis e intangíveis (actual normativo vs. SNC)
	Permanente	PER0709	O imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (CIRC)
	Reunião Livre	RL1909	Livre
	Reunião Livre	RL2009	Livre
	Distância	DIS3009	Contabilidade orçamental na Administração Pública
	Distância	DIS3109	SNC - Preparação das demonstrações financeiras
	Distância	DIS3209	O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos investimentos financeiros no SNC
Dezembro	Reunião Livre	RL2109	Livre

O passado não acabou

«Vício» da História da Contabilidade cativou mil e 500 TOC

«**H**istória é afinal vida, poeira que assenta, ideia que subjaz, vivifica e cria de novo.» Se a história «é vida», como o garante Rogério Fernandes Ferreira, então o II Encontro de História de Contabilidade da Comissão de História da Contabilidade da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CHC-CTOC) mais não fez do que comprovar a ideia de um dos grandes mestres do pensamento contabilístico português. A frase, recuperada por Joaquim Cunha Guimarães na sua comunicação, pode ajudar a explicar as razões que levaram cerca de milhar e meio de Técnicos Oficiais de Contas a assistirem, nos passados dias 5 e 6 de Junho, em Lisboa e Santa Maria da Feira, ao II Encontro de História da Contabilidade.

«Conhecer o passado para melhor perceber o presente e perspectivar o futuro», como fez questão de lembrar Domingues de Azevedo, na sessão de abertura, foi, igualmente, outro dos grandes lemas que esteve subjacente a mais esta realização da Câmara e que pretendeu também assinalar o 250.º aniversário da Aula do Comércio e do interesse público da profissão. Na breve intervenção, o presidente da Direcção justificou ainda a aposta da Instituição nesta área com a necessidade de dar relevo «às temáticas da História da Contabilidade», ao mesmo tempo que enalteceu o papel desempenhado pela respectiva Comissão.

Como o passado ajuda a perceber, muitas vezes, o que se faz no presente, o Encontro arrancou com a «Arte da Escritura dobrada que ditou na Aula do Comércio João Henrique de Sousa (1765)». Hernâni Carqueja tem pesquisado e levantado muitas interrogações sobre a origem e finalidade da obra, aproveitando o II Encontro de História para dar a conhecer algumas das suas conclusões. O antigo professor da Faculdade de Economia da Universidade do Porto desmontou algumas teorias, afirmando taxativamente que a «Arte da Escritura Dobrada», «é um códice e não um livro impresso», uma vez que a obra existente na Biblioteca Nacional de Portugal «é manus-

crita», ao mesmo tempo que garantia que João Henrique de Sousa nasceu em Setúbal e não no Brasil, erro que consta, inclusive, na própria Biblioteca Nacional. O percurso daquele que viria a ser o primeiro lente da Aula do Comércio mereceu, aliás, várias interrogações a Hernâni Carqueja, uma vez que, em «11 de Janeiro de 1762 tomou posse como escrivão da Junta do Comércio» pelo que, em 1765, já não leccionava.

Nesta viagem pela história, muitas foram as dúvidas e questões que o orador deixou no ar. A não citação de autores anteriores e a inexistente referência à história da «Arte das Partidas Dobradas» complicam a identificação de autores e influências nos textos considerados. Por isso, e face à pesquisa realizada, Hernâni Carqueja defende que «o texto sobre partidas dobradas das lições do curso iniciado em 1759 provavelmente não chegou a ser ditado pelo primeiro lente da Aula do Comércio, apesar de ter sido por ele preparado.» Porquê? Porque visionado o programa do curso (três anos), a parte referente às partidas dobradas seria explicada numa altura em que João Henrique de Sousa já não estaria a exercer funções na Aula do Comércio.

Seja como for, a forma, teor e data do documento (1765) legitimam a conjectura de esta ser uma cópia de ditado do primeiro curso, efectuada por um escriba, sob encomenda, para um aluno (José Feliz Venâncio Coutinho) do segundo curso. Esta ideia é ainda reforçada pelo facto de existirem erros que, de acordo com Carqueja, «evidenciam que foi feito por alguém que foi pago para isso e queria terminar o trabalho rapidamente.»

O orador fez ainda questão de salientar que a originalidade da organização dentro de cada assunto é reveladora da «preocupação pedagógica» e reflecte «ensino pragmático, focado no dia a dia.» Exemplos disso são, por exemplo, as transcrições que se seguem: «Das duas pessoas que contratam, a que recebe é devedora e a que depende é credora»; «O que entra em poder do mercador deve, o que sai do seu poder há de haver.» Regras simples, princípios básicos que con-

tinuam a sustentar o edifício contabilístico e que evidenciam, como fez questão de sublinhar o orador, que «o passado ainda continua. O passado não acabou.»

Instrumento de implementação da política do Estado

A época pombalina dominou o último painel da manhã no CCB. Ofélia Pinto fez recuar os presentes até ao período do império ultramarino português, com a apresentação sobre «As companhias como instrumento de concretização da política do Estado: o caso da Companhia Geral do Grão-Pará e do Maranhão (CGGPM) – 1755 - 1778». A mestre em Contabilidade e auditoria pela Universidade do Minho, começou por destacar que na base da motivação para realizar esta investigação estiveram as «recentes e constantes» notícias veiculadas pela Comunicação Social de negócios entre o Estado e a iniciativa privada. À época, os problemas eram diversos, nomeadamente a «vastidão e dispersão territorial do império colonial português». A «solução» encontrada foi a criação da CGGPM, sediada em Lisboa, constituída por alvará régio de El-Rei D. José I, em 7 de Junho de 1755. Objectivo: uma companhia monopolística como a CGGPM tinha como missão desempenhar as tarefas que antes cabiam ao Estado. É neste particular que emerge a «importância da Contabilidade no negócio entre o Estado e a Companhia».

O alvará secreto de 1757 concede diversos privilégios à Companhia, que adquiriu, na prática, «poderes governamentais», de onde sobressai a isenção fiscal na entrada de mercadorias provenientes de Cabo Verde e Costa da Guiné para o Reino. Passa a ser adoptado o «registo contabilístico», adoptado por força do carácter de secretismo do alvará e da atribuição da concessão por um período de 20 anos.

Ofélia Pinto enunciou ainda as regras gerais do «comércio privativo», exibindo diversas contas existentes nos livros do Razão. De realçar que despesas e receitas não eram reconhecidas como custos e proveitos e nas demonstrações financeiras nada era mencionado acerca deste negócio concreto, estando o saldo das diversas contas a ele respeitantes incluído nos restantes débitos e créditos da companhia.



As matérias de História da Contabilidade têm despertado o interesse dos profissionais

A oradora concluiu afirmando que «a CGGPM» não foi apenas uma iniciativa comercial, mas sim um verdadeiro instrumento de implementação da política do Estado.

Inexistência de «rasto contabilístico» de impostos

Seguiu-se José Miguel Oliveira, mestre em Ciências Empresariais pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto. «A contabilidade da companhia geral da agricultura das vinhas do Alto Douro: 1756-1834», foi a apresentação da responsabilidade de um dos autores distinguido com o «Prémio Prof. Sousa Franco», atribuído o ano passado pela CTOC e pelo IDEFF. «A importância do sector do vinho do Porto e em particular da companhia na economia nacional do antigo regime», foi o fio condutor justificado pelo orador que procurou, na sua análise, identificar o sistema contabilístico seguido pela companhia e o uso dado à informação recolhida. Nas considerações preliminares do estudo piloto (1756-1765), o docente conclui que desde a instituição da Companhia foram utilizadas as «partidas dobradas» com carácter obrigatório, por indicação expressa da Coroa. O que na opinião de José Miguel Oliveira, «é uma réplica do sistema utilizado na Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão».

No que diz respeito às primeiras ilações sobre contas de lucros e perdas, o orador afirmou que se efectuava a «desagregação dos lucros



Espólio literário de profissionais enriquece biblioteca da CTOC

«A CTOC é a depositária da obra dos profissionais que se evidenciaram durante a sua actividade e todos os TOC, que assim o desejem, podem contribuir para o acervo da entidade reguladora da profissão com o seu próprio espólio». Foi esta a mensagem deixada pelo presidente da Instituição, Domingues de Azevedo, no decorrer da cerimónia do agradecimento público pela doação de cerca de dois mil livros de Marcos José Rodrigues, TOC falecido em 2003, à Câmara. Recorde-se que o ano passado, no I Encontro, foi a vez da família de Raul Dória ter ofertado à Câmara o valioso espólio bibliográfico de um dos pioneiros do ensino prático do comércio e da contabilidade. A justa e merecida homenagem da CTOC a este gesto traduziu-se na atribuição de uma placa evocativa à filha e viúva de Marcos Rodrigues, presentes na cerimónia de Lisboa. Durante o período da tarde, tempo houve para que o TOC José Manuel Casaleiro Girão, viesse ao palco oferecer um livro com mais de um século à biblioteca da Câmara: «Fica muito melhor na CTOC do que no meu escritório», disse.

por tipologia de negócio», «a classificação e apresentação das contas de lucros e perdas de forma semelhante em todos os anos» e o «uso sistemático de estimativas no registo dos lucros». Relativamente aos balanços, José Miguel Oliveira enfatizou a inexistência de «rasto contabilístico» relacionado com a arrecadação e entrega ao Estado de impostos. A investigação vai continuar, promete. Os próximos passos são a compreensão dos critérios valorimétricos e apreender qual o papel da Contabilidade na tomada de decisões pelos accionistas, pela Junta e pela Coroa.

A disciplina da Aula do Comércio

A última intervenção antes do intervalo para almoço coube a Delfina Gomes, docente da Universidade do Minho, cuja principal área de investigação é, precisamente, a História da Contabilidade. «A intervenção do Estado no ensino comercial: o caso da Aula do Comércio (1759)», foi o tema em análise, tornando-se ainda mais pertinente devido à comemoração dos 250 anos da escola especializada no ensino de matérias comerciais.

Delfina Gomes leu, com alguma emotividade, a oração de abertura do quarto curso da Aula do Comércio da autoria de Alberto Jaqueri de Sales, lente e cavaleiro da ordem de Cristo, em 1771. A oradora reproduziu um exemplar dos estatutos da Aula do Comércio, o primeiro estabelecimento de ensino técnico profissional oficialmente criado no mundo, existente na Biblioteca Nacional de Lisboa. Numa altura em que a educação é sempre um tema actual, Delfina Gomes afirmou que, agora e há 250 anos, «o desenvolvimento de um país assenta na qualidade do ensino». Na Aula do Comércio, a disciplina era palavra de ordem. Os valores do decoro, assiduidade e pontualidade, eram cultivados com elevado rigor e exigência, bem como uma lógica de avaliação contínua. «Não era possível nenhum aluno mudar-se de bano, ou assento, sem expressa licença do lente», refere a professora auxiliar na Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho.

A diminuição do comércio português, em 1823, decorrente da secessão do Brasil, complicaram a gestão das despesas da Aula do Comércio. Em 1884, é extinta por decreto e anexada ao liceu de Lisboa como secção comercial.

A contabilidade na indústria de conserva de peixe

A tarde começou com a exposição de Ana Rita Faria sobre os «Aspectos da contabilidade nos primórdios do século XX: o caso da empresa conserveira Júdice Fialho». Baseada na dissertação de mestrado da autora, a comunicação apresentada deu a conhecer alguns aspectos da contabilidade de uma das maiores empresas da indústria de conserva de peixe entre os finais do século XIX e a primeira metade do século XX. Depois de apresentar o panorama da indústria no período em análise (em 1924, por exemplo, existiam 400 fábricas de conservas de peixe), e de ter passado em revista o modelo contabilístico, esta docente universitária descreveu a organização contabilística em vigor na Júdice Fialho, socorrendo-se da vasta documentação existente. Ficou patente que a empresa adoptou um sistema de escrituração de dupla entrada, constituído por livros e registos onde as contabilidades comercial e industrial surgem reunidas.

Ana Rita Faria salientou o facto de a contabilidade da Júdice Fialho estar organizada não só para proporcionar resultados globais mas também resultados parciais. Uma vez que não existia um conjunto de regras e princípios comum a todas as empresas, a oradora demonstra que a Júdice Fialho adoptou, face à diversidade de soluções existentes, a mais adequada às características e necessidades reais. Por fim, de salientar que, apesar de estar em análise uma larga fatia temporal, a contabilidade da empresa «não registou alterações significativas» mesmo depois da sua constituição como «sociedade em nome colectivo em 1938.»

TOC ou contabilista?

«Alguns dos acontecimentos mais importantes da evolução da Contabilidade e da profissão de contabilista em Portugal desde 1755 até hoje». Foi este o tema do trabalho apresentado por Joaquim Fernando da Cunha Guimarães que, como o título deixa antever, passou em revista cerca de 250 anos de história. Numa comunicação salpicada de humor e emoção, o também presidente do Conselho Fiscal da CTOC e vogal da Comissão de História da Contabilidade, defendeu que, depois dos

profissionais terem recebido designações como as de «guarda-livros», «perito contabilista», «técnico de contas» ou «técnico oficial de contas», no futuro, aproveitando a mudança que a passagem a Ordem pode proporcionar, a designação correcta deverá ser a de «contabilista». O futuro o dirá...

Depois de algumas notas prévias, onde, entre outras considerações, classificou o Marquês de Pombal como «o “farol” da Contabilidade em Portugal», Cunha Guimarães dividiu os dois séculos e meio em cinco períodos políticos, debruçando-se apenas sobre a regulamentação profissional.

Nesse capítulo, iniciou a “aventura” com a citação dos Estatutos da Aula do Comércio, onde, pela primeira vez «é empregue o termo “guarda-livros”», actividade que era «das mais bem pagas em Portugal», como garantiu o orador. A viagem pelo tempo regista avanços e recuos, estes últimos bem patentes no Código das Sociedades Comerciais, de 1888 e ainda hoje em vigor, que deixa de fazer referência à profissão de guarda-livros, o que motivou violento protesto escrito de Ricardo de Sá ao rei D. Luís.

Por ter sido o grande impulsionador das primeiras associações de Contabilidade, Ricardo de Sá mereceu especial atenção na comunicação, bem como Camilo Cimourdain de Oliveira, pelo seu papel na elaboração do Código Industrial de 1963 e pelo surgimento da expressão «técnicos de contas».

A comunicação não terminaria sem as referências que conduziram ao surgimento da CTOC e sem um alerta importante para as «as responsabilidades do guarda-livros», bem evidenciado, por



Alves da Silva, membro honorário da CTOC, animou a plateia com a experiência adquirida ao longo de mais de meio século de profissão



«O que entra em poder do mercador, deve; o que sai do seu poder há de haver». Hernâni Carqueja mostrou, literalmente, como se ensinava Contabilidade há 250 anos.

exemplo, no Regulamento de Fiscalização das Sociedade Anónimas, de 1911. Este é um tema que se arrisca a ser ainda mais recorrente entre os profissionais, uma vez que, de acordo com Cunha Guimarães, o Sistema de Normalização Contabilística prevê o denominado *enforcement* contabilístico, ou seja, qualquer coisa parecido com um «regime geral de infracções contabilísticas».

Vigilantes como o galo

Este segundo painel, dedicado à «Profissão, normalização e a prática contabilística» e moderado pela vogal da CHC-CTOC, Leonor Fernandes Ferreira, contou também com a boa disposição de Al-

A homenagem merecida

Coube a Joaquim Cunha Guimarães a leitura de uma mensagem escrita de Rogério Fernandes Ferreira que, pese embora a sua debilidade física, compareceu na sessão de encerramento, em Lisboa. O vogal da Comissão de História e presidente do Conselho Fiscal da CTOC destacou a condecoração atribuída pelo Presidente da República a Rogério Fernandes Ferreira no dia 10 de Junho, tendo solicitado um aplauso de pé em jeito de homenagem a esta referência incontornável da Contabilidade portuguesa.

ves da Silva e a sua longa experiência como profissional. Discursando sobre os «Contributos para a história da normalização contabilística em Portugal», o membro honorário da CTOC analisou o papel da Sociedade Portuguesa de Contabilidade «que durante muito tempo foi a única instituição portuguesa inscrita em organizações internacionais.» Depois de salientar aspectos gerais dos planos de contabilidade e do papel de Rogério Fernandes Ferreira que, já em 1967, falava sobre «uma eventual normalização contabilística», Alves da Silva recordou o mundo de dificuldades que foi necessário ultrapassar para, por exemplo, percorrer o País, «a expensas próprias», explicando as novidades que a primeira fase da

normalização, terminada em 1975, prometia. A publicação ficou conhecida como «o livrito», trabalho realizado por uma comissão de 16 membros da qual o orador fez parte.

Registando com algum humor o facto da «DGCI ter estado sempre muito ligada à profissão», o também ex-presidente da Sociedade Portuguesa de Contabilidade, preferiu esquecer por momentos o passado e olhar para o futuro, deixando importantes alertas face à proximidade de novo ciclo: «Com a entrada do SNC, vamos ter pela frente uma enorme charada.»

Alves da Silva iria mais longe e, no Europarque, lembrou que, com as alterações do Código do IRC - «a que já tive acesso» - e a entrada em vigor do SNC, o melhor será os TOC prepararem-se para «um trabalhinho jeitoso. Ou, então, reformem-se!» Como estas são questões sérias e que exigem muita atenção, Alves da Silva, com a autoridade que o seu mais de meio século de experiência lhe permite, terminaria com um singelo conselho, socorrendo-se de Luca Pacioli: «Sejamos como o mais vigilante dos animais, o galo.»

Lúcia Lima Rodrigues, professora associada, com agregação, da Universidade do Minho, encerrou o Encontro com uma dissertação sobre «A Contabilidade e o Estado: evolução da contabilidade no Brasil no período 1860-1964». A também presidente da Comissão de História da CTOC começou por ler uma mensagem aos TOC portugueses enviada por António Lopes de Sá, impedido de se deslocar a Portugal por motivos de saúde, em que o catedrático-

co salientou que «é impossível conhecer o presente, sem conhecer o passado». Ao introduzir a sua exposição, Lúcia Rodrigues declarou que «a Contabilidade relaciona-se com o Estado porque os números alcançados são extremamente importantes para os governos, nomeadamente em termos de receitas fiscais». A docente acrescentou que «o reconhecimento da Contabilidade como uma profissão de interesse público», não podia ser mais merecido: «Se há profissão que merece ser Ordem profissional é a CTOC porque aos seus membros compete a tarefa de colocar ordem nos negócios e trabalhar em prol de uma sociedade organizada». Chamando à colação o actual SNC, Lúcia Lima Rodrigues explicou que as mudanças operadas na ciência contabilística são consequência do efeito da pressão do Estado em nome do aumento da eficiência. O Estado e a Contabilidade são interdependentes, logo, têm que se apoiar mutuamente».

Criar uma comunidade de historiadores da Contabilidade

O encerramento pertenceu a Domingues de Azevedo, presidente da CTOC, que «convidou» os membros presentes no CCB a efectuarem uma curta «viagem» pelos 13 anos de reconhecimento público da profissão. «Neste período mudámos o nosso destino como profissionais e 2009 promete ser um dos anos mais históricos para a Contabilidade em Portugal, com alterações profundas na profissão, que não se cingem à passagem a Ordem. Aumentará a necessidade de conhecimento sobre novas matérias. Ao mesmo tempo que se reconhece o mérito da profissão, também se exige, na mesma proporção, mais responsabilidade. Acabaram-se as contabilidades



A presidente da CHC, Lúcia Lima Rodrigues, defendeu que «o Estado e Contabilidade são interdependentes.»

por telefone e à distância», rematou. Domingues de Azevedo elogiou ainda o «excelente trabalho» e designou por «vício da História da Contabilidade» o sentimento que está a ser incutido em muitos profissionais e investigadores da área. «Este não foi um dia perdido», resumiu. A finalizar, Lúcia Lima Rodrigues incentivou que novos oradores surjam no Encontro do próximo ano com o intuito de «criar uma comunidade de historiadores da Contabilidade». ■

Informação sobre créditos em falta será enviada em Julho

Membros podem optar pela formação da CTOC ou de outras instituições

Um dos pontos centrais no qual assenta o Controle da Qualidade é a frequência, por parte do TOC, de um conjunto de horas de formação convertíveis em créditos. Ou seja, em cada ano os Técnicos Oficiais de Contas têm que participar em acções de formação organizadas pela CTOC ou por instituições certificadas pela Câmara.

A nível nacional, já se encontram equiparadas diversas entidades, como a APECA, Pricewa-

terhouseCoopers, Deloitte, KPMG e APPC, entre outras, possibilitando um leque diversificado de escolha aos profissionais de forma a preencher as suas necessidades formativas. A lista das entidades equiparadas encontra-se no *site* da CTOC, pelo que se aconselha a sua consulta.

No mês de Julho será enviado aos membros, cuja obrigatoriedade de prova de frequência de formação termine em 31 de Dezembro próximo, informação sobre os créditos em falta. ■

Presidente da República distinguiu Rogério Fernandes Ferreira

Membro honorário da Câmara é referência da Contabilidade portuguesa

O Professor Rogério Fernandes Ferreira foi condecorado pelo Presidente da República, no passado dia 10 de Junho, Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, com a Ordem da Instrução Pública (Grande Oficial), em cerimónia realizada em Santarém. Rogério Fernandes Ferreira nasceu em 27 de Junho de 1929, em S. Clemente, Loulé. É economista, advogado, doutorado em Gestão pelo ISEG e professor catedrático jubilado pela mesma instituição. É membro honorário da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas. Autor de um vasto número de obras é uma referência incontornável no universo da Contabilidade portuguesa, sendo um conferencista requisitado e colaborador de diversas publicações. Pelo reconhecimento do seu importante trabalho, a CTOC, em parceria com o CEGE (Centro de Estudos de Gestão - ISEG) e a OROC, criou, em 1999, o prémio Professor Rogério Fernandes Ferreira, que distingue trabalhos originais, em português, no âmbito da Gestão, nomeadamente nas

áreas financeira, fiscal, contabilística e auditoria. Foi o primeiro presidente da Comissão de Normalização Contabilística e membro da última Comissão para a revisão do IRS. ■



Presidência da República

Rogério Fernandes Ferreira viu a dedicação de uma vida reconhecida pelo Presidente da República

III Congresso dos TOC: Direcção fixou inscrição em 15 euros

Participação confere 25 créditos

O ano de 2009 marcará de forma decisiva o futuro da profissão. A alteração do Estatuto, para além da passagem da Câmara a Ordem, vai trazer consigo alterações profundas no modo como a profissão é exercida, nos espaços profissionais que passará a ocupar, bem como na sua organização.

A aprovação do SNC e os desafios que a ele estão associados, para além da alteração da Comissão de Normalização Contabilística, são transformações que vão indelevelmente marcar o caminho trilhado pela profissão.

Estes factos, no entender da Direcção da CTOC, justificam uma massiva presença de profissionais no III Congresso dos Técnicos Oficiais de Contas

a realizar nos dias 24 e 25 de Setembro, no Pavilhão Atlântico, em Lisboa, com uma capacidade de 12 500 pessoas.

O momento económico que atravessamos está longe de ser fácil. Compreendendo a actual conjuntura e os custos acumulados (inscrição, deslocação e estadia), que um membro a residir fora de Lisboa tem que suportar para estar presente no Pavilhão Atlântico, a Direcção da CTOC, tendo em vista possibilitar uma maior participação dos membros, fixou em 15 euros o valor da inscrição. A participação no Congresso confere 25 créditos para efeitos do Regulamento do Controle da Qualidade.

Pode consultar o programa do evento na página seguinte ou no *site* da Câmara. ■

24 DE SETEMBRO

8h00 ACREDITAÇÃO

9h00 SESSÃO DE ABERTURA
Presidente da Direcção da CTOC
Presidente da Mesa da AG da CTOC
*Presidente da República **

9h30 CONTABILIDADE

I PAINEL

A NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA
 HISTÓRIA DA NORMALIZAÇÃO
 A NORMALIZAÇÃO EM PORTUGAL
Presidente da mesa: Avelino Azevedo Antão
Oradores: Joaquim da Cunha Guimarães
Lúcia Lima Rodrigues

10h30

II PAINEL

SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA
 O SNC NO CONTEXTO GLOBAL
 O SNC E A ESTRUTURA EMPRESARIAL
 PORTUGUESA
Presidente da mesa: Presidente da CNC
Oradores: Domingos José Cravo
José Alberto Pinheiro Pinto

11h15

Pausa para café

11h30

III PAINEL

CONTABILIDADE PÚBLICA
 CONTABILIDADE PÚBLICA/HISTÓRIA
 PORTUGUESA
 TENDÊNCIAS EVOLUTIVAS
 DA CONTABILIDADE PÚBLICA EM PORTUGAL
Presidente da mesa: Presidente
do Tribunal de Contas
Oradores: João Baptista Carvalho
Pedro Camões

12h30

Almoço

14h00

IV PAINEL

FISCALIDADE

TRIBUTAÇÃO DIRECTA
 TENDÊNCIAS EVOLUTIVAS
Presidente da mesa: António Nunes dos Reis
Oradores: Manuel Lopes Faustino
Vasco Branco Guimarães

15h00

V PAINEL

TRIBUTAÇÃO INDIRECTA
 TENDÊNCIAS EVOLUTIVAS
Presidente da mesa: José Guilherme
Xavier de Basto
Oradores: Clotilde Celorico Palma
M.ª Angelina Tibúrcio

16h00

Pausa para café

16h15

VI PAINEL

OS DIREITOS DOS CONTRIBUINTES
 NO PROCEDIMENTO FISCAL
Presidente da mesa: António Carlos dos Santos
Oradores: António Moura Portugal
João Ricardo Catarino

* a confirmar

CONGRESSO TOC

CONSTRUINDO

O FUTURO

24 E 25 DE SETEMBRO | PAVILHÃO ATLÂNTICO

25 DE SETEMBRO

9h00

VII PAINEL

PROFISSÃO

ACESSO À PROFISSÃO
Presidente da mesa: M.ª Helena Vaz
de Carvalho Nazaré
Oradores: Ezequiel Fernandes
M.ª Amélia Nunes de Almeida

9h45

VIII PAINEL

ÉTICA E DEONTOLOGIA PROFISSIONAL
Presidente da mesa: António Lopes de Sá
Oradores: Maria Clara Bugarim
Alberto Silva Barata

10h30

Pausa para café

10h45

IX PAINEL

ESTATUTO E O PAPEL DA REGULAMENTAÇÃO
Presidente da mesa: Duarte Abecasis
Oradores: A. Domingues de Azevedo
Juarez Domingues Carneiro

11h30

X PAINEL

A PROFISSÃO NOS PAÍSES DA CPLP
Presidente da mesa: Secretário
de Estado dos Negócios Estrangeiros
*e da Cooperação **
Oradores: Representantes CPLP

12h45

MENSAGEM DO SECRETÁRIO-GERAL
 DO CONGRESSO
António José Alves da Silva

13h00

ENCERRAMENTO
António Lopes de Sá
Presidente da Direcção da CTOC
Presidente Mesa da AG da CTOC
*Primeiro-Ministro **

Inscrições em www.ctoc.pt

Para efeitos do controle da qualidade são atribuídos 25 créditos

«Se falasse não teria capacidade para expressar o que estou a sentir»

5.ª edição do Prémio Professor Rogério Fernandes Ferreira

Realizou-se, no dia 20 de Maio, no auditório «Caixa Geral de Depósitos» do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), em Lisboa, a sessão pública de entrega da 5.ª edição do Prémio Rogério Fernandes Ferreira.

António Mendonça, presidente do conselho directivo do ISEG, considerou esta iniciativa «um acto muito importante», tendo destacado o «papel dinamizador» protagonizado pelo Centro de Estudos de Gestão (CEGE). O responsável da instituição de ensino superior destacou «a qualidade dos trabalhos a concurso» que, de ano para ano, tem vindo a melhorar. Mendonça deixou uma «palavra de estímulo» a todos os que concorreram e elogiou «a cooperação notável entre a academia e as instituições que têm a seu cargo a regulação profissional», nomeadamente a CTOC e a OROC.

Por seu turno, Palma dos Reis, director do departamento de Gestão do ISEG, realçou a «excelência da iniciativa» e o seu «impacto no meio académico e na sociedade em geral. Os artigos a concurso foram muito bons, por isso, estou certo que os próximos serão ainda melhores».

Gestão e fiscalidade ao serviço do ser humano

Este ano coube à CTOC, na pessoa do seu presidente, a intervenção de fundo. Domingues de

Azevedo iniciou a sua declaração por ressaltar que a Instituição que dirige não se associou a este evento «por acaso», mas sim por questões de «princípio», assente nos valores da coragem e da dedicação, que nortearam a vida profissional do homenageado.

«Sejamos capazes de perpetuar as opções de vida e a capacidade de transmitir às gerações futuras o legado do professor Rogério Fernandes Ferreira, assente no saber profundo e estruturado. Os homens passam, os seus actos ficam», disse. Domingues de Azevedo acrescentou que deve existir a preocupação central de que «a gestão e a fiscalidade estejam ao serviço do ser humano. Tendo em consideração estes valores esperamos que este prémio seja um incentivo para que surjam outros académicos com a dimensão do Professor. Com este acto, não estamos apenas a celebrar o passado, mas a criar as bases para um futuro melhor».

O presidente da CTOC lançou a ponte entre o passado e o presente da profissão, perspectivando o que pode ser o futuro próximo da Instituição: «Portugal é hoje um exemplo na Europa em termos de estrutura profissional implementada. O êxito na desmaterialização das declarações fiscais é disso prova. A proposta de passagem a Ordem está na Assembleia da República com todo



Os oradores realçaram a qualidade dos trabalhos a concurso

o mérito. Não duvidem que o longo caminho de dignificação e credibilização da Contabilidade no nosso país tem tido como fonte de inspiração a obra de Rogério Fernandes Ferreira».

Em nome do pai

A cerimónia foi aproveitada para o lançamento do livro «Prémio Professor Rogério Fernandes Ferreira», uma edição da CTOC. Augusto Felício, presidente do CECE e autor do prefácio, destacou a atribuição do primeiro prémio *ex-aequo* e de cinco menções honrosas, bem como a diversa proveniência dos trabalhos recebidos, «de norte a sul do País. Trata-se de um livro eclético, composto por oito trabalhos sobre temas diversos», afirmou Augusto Felício.

Os momentos de maior emoção ficaram reservados para os minutos finais da cerimónia.

Impossibilitado de falar por motivos de saúde, Rogério Fernandes Ferreira delegou na sua filha, Leonor, a leitura de passagens de alguns dos seus textos. Foram vários os artigos, alguns deles publicados na Revista «TOC», da autoria do Professor, em que este reflecte sobre a sociedade, a normalização contabilística e o papel dos Técnicos Oficiais de Contas nas organizações à luz da globalização. «Ideias inovadoras e revolucionárias, com uma visão de longo prazo», foi desta forma que Leonor Fernandes Ferreira sintetizou a marca deixada pelos artigos do homenageado. Em jeito de conclusão, agradeceu aos presentes e às entidades organizadoras, definindo-o como «uma prova de amizade e incentivo. Se falasse não teria capacidade para expressar o que estou a sentir», disse, Leonor, em nome do pai. A sala irrompeu numa calorosa salva de palmas. ■

Constituída comissão eventual do CD-ROM

Objectivo é melhorar *performance* da ferramenta

O CD da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, pela riqueza da informação que comporta, transformou-se numa ferramenta imprescindível para os profissionais. Brevemente, será enriquecido com três importantes áreas que, directa ou indirectamente, se interligam com a profissão: Segurança Social, apoio ao investimento e às empresas e legislação laboral, esta melhor ordenada e classificada, o que não tem acontecido até hoje.

Com o intuito de dotar o CD de maior dinâmica, acompanhando a evolução da profissão e da própria sociedade, entendeu a Direcção que o seu conteúdo pode ser melhorado, com uma ordenação mais eficaz da informação.

Para esse efeito, tomou posse no passado dia 16 de Junho, Jorge Barbosa, Manuel Teixeira e Rui Ramos, em representação dos TOC das zonas Norte, Centro e Sul, respectivamente, Filomena Moreira, em representação da Direcção e presidente da Comissão, Amadeu Figueiredo, em representação do

Conselho Técnico e dois responsáveis técnicos pela elaboração do CD. A proposta da Comissão será remetida para a Direcção até 30 de Setembro. Pretende-se que esta comissão ajude a melhorar a *performance* desta ferramenta, procurando que os profissionais encontrem nela, cada vez mais, as respostas para as questões que a profissão diariamente coloca. ■



Dotar o CD da Câmara de mais eficácia é um dos grandes desafios da Comissão